

Rafael Balseiro Zin

**Maria Firmina dos Reis  
e seu conto “A escrava”:  
consolidando uma literatura  
abolicionista**

## Resumo

A publicação de “A Escrava”, obra que representa o auge da maturidade intelectual de Maria Firmina dos Reis, ocorreu em 1887, poucos meses antes da promulgação da Lei Áurea. Diferentemente da tessitura social em que a autora estava inserida quando escreveu seu romance *Úrsula*, de 1859, a essa altura dos acontecimentos, os ventos já sopravam com maior intensidade a favor da libertação dos africanos e dos afrodescendentes escravizados, o que influenciaria significativamente os rumos de sua literatura. Veiculado no terceiro número da *Revista Maranhense*, em São Luís, o texto denuncia as injustiças oriundas do sistema escravagista brasileiro e chama a atenção para as condições subumanas às quais os cativos haviam sido relegados, do mesmo modo em que aponta para o lugar obscuro que cercava as mulheres naquele contexto político-cultural de final de século. Levando em consideração esse cenário, a presente reflexão tem por objetivo analisar, justamente, as ideias da autora contidas em seu conto “A Escrava”.

**Palavras-chave:** Maria Firmina dos Reis; “A escrava”; Brasil; século XIX

## Abstract

The publication of “The Slave”, a work that represents the peak of the intellectual maturity of Maria Firmina dos Reis, occurred in 1887, a few months before the promulgation of the “Áurea Law”. Unlike the social fabric in which the author was inserted when she wrote her novel *Úrsula*, of 1859, by this time, the winds were already blowing with greater intensity in favor of the liberation of the enslaved Africans and Afrodescendants, which would significantly influence the direction of their literature. Published in the third issue of *Revista Maranhense*, in São Luís, the text denounces the injustices arising from the Brazilian slave system and draws attention to the subhuman conditions to which the captives had been relegated, just as it points to the obscure place that surrounded Women in that political-cultural context of the end of the century. Taking into account this scene, the present reflection aims to analyze, precisely, the ideas of the author contained in her tale “The Slave”.

**Keywords:** Maria Firmina dos Reis; “The slave”; Brazil; 19th century

## Introdução

Nascida em 11 de outubro de 1825, na ilha de São Luís, capital da então província do Maranhão, Maria Firmina dos Reis foi registrada como filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipe dos Reis. Menina negra e bastarda, vivendo sob condições de segregação racial e social latentes, aos cinco anos, teve que se mudar para a vila de São José de Guimarães, ligada ao antigo município de Viamão, localizado no continente e separado da capital pela baía de São Marcos (LOBO, 2006, p. 193; DUARTE, 2009, p. 263). Por lá, cresceu em companhia da avó, da mãe e de suas duas únicas amigas, a prima Balduína e a irmã Amália Augusta dos Reis. Distanciada das efemérides políticas típicas de uma capital do Império, a acolhida que teve na casa da tia materna, melhor situada economicamente, foi fundamental para a sua primeira formação (MOTT, 1988), além do apoio que teve de um primo, também por parte de mãe, o jornalista, escritor e gramático Francisco Sotero dos Reis, “a quem deve sua cultura, como afirma em diversos poemas” (LOBO, 1993, p. 224). Já adulta, em 1847, aos vinte e dois anos, Firmina é aprovada em um concurso público para a *Cadeira de Instrução Primária* em Guimarães, que já atingira a condição de município, tornando-se, assim, a primeira professora efetiva a integrar os quadros do magistério maranhense, função que ocuparia até o início de 1881, ano em que se aposenta e em que funda, aos cinquenta e cinco anos, no vilarejo de Maçaricó, a primeira escola mista e gratuita do estado, dessa vez, dedicando-se aos filhos de lavradores e de donos de terras da região (MORAIS FILHO, 1975). É, portanto, algo pouco factível para as condições da época e que evidencia o fato de ter sido ela uma mulher consciente do papel de transformação que poderia desempenhar naquela sociedade.

Do ponto de vista da produção intelectual, Maria Firmina dos Reis não deixa a desejar. A primeira obra sua de que se tem notícia, *Úrsula*, foi publicada em 1859, na cidade de São Luís, pela Tipografia do Progresso. Sob o heterônimo “*Uma Maranhense...*”, a autora aborda a questão do cativo a partir do entendimento do negro, perspectiva essa que nortearia outros trabalhos (DUARTE, 2005). É interessante observar que, num momento em que as mulheres viviam submetidas a um sem-

---

\* Rafael Balseiro Zin – Sociólogo e doutorando em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

número de limitações e de preconceitos, a ausência do nome, somada à indicação da autoria feminina, aliam-se ao tratamento “absolutamente inovador dado ao tema da escravidão no contexto do patriarcado brasileiro” (DUARTE, 2009, p. 265). No ano seguinte à publicação de seu romance inaugural, Firmina passa a colaborar em jornais locais com textos poéticos, divulgando, n’*A Imprensa*, um primeiro poema utilizando, ainda sob o manto protetor, as iniciais M.F.R. Em 1861, participa da antologia poética *Parnaso Maranhense*, e o jornal *O Jardim das Maranhenses* dá início à publicação de seu segundo trabalho, o conto *Gupeva*, de temática indianista e que fora veiculado em forma de folhetim, prática recorrente no período (HALLEWELL, 1985). Tendo em vista a boa aceitação da obra, em 1863, o jornal *Porto Livre* republica *Gupeva*. Em 1865, a autora brinda o seu público leitor, em momentos diversos, com o lançamento de novos poemas e, uma vez mais, *Gupeva* é reimpresso, agora pelo jornal *Eco da Juventude*, contendo ligeiras modificações de estilo, mas sem alterar seu conteúdo. Suas publicações chamam a atenção de leitores e repercutem nos meios intelectuais, o que nos leva a crer que a autora já era reconhecida, admirada e apreciada por seus escritos e pela ousadia de pensar e realizar coisas, considerando o contexto, não muito comuns a uma mulher negra e de poucos recursos, vivendo distante dos perímetros da Corte: a publicação de um romance inaugural em formato de livro; três publicações de uma mesma obra em periódicos distintos; além da veiculação de diversos outros textos, em curto espaço de tempo e em diferentes canais.

Rompendo com as barreiras do patriarcado e manifestando o exemplo de sabedoria e determinação, Maria Firmina dos Reis continua fértil em sua produção literária, trazendo a lume, em 1871, os poemas de *Cantos à beira-mar*, publicados pela Tipografia do País, também em São Luís. Anos mais tarde, em 1887, num período em que a instituição da escravidão passava de “mal necessário” a um “problema que exigia solução” (CHALHOUB, 2012), no auge das campanhas abolicionista e republicana, a escritora lança n’*A Revista Maranhense*, nº 3, além de novos poemas, o conto “A escrava”. Vale dizer que esse texto é mais um ato intelectual de consciência social de Firmina contra o estigma dos negros no Brasil do que um manifesto contra a servidão, propriamente, ainda que se perceba um forte viés político contido nas entrelinhas. Para completar sua trajetória, além de ter contribuído de maneira significativa na imprensa

maranhense com ficções, crônicas e até enigmas e charadas,<sup>1</sup> a autora atuou como folclorista,<sup>2</sup> na recolha e na preservação de textos da literatura oral; e como compositora, sendo responsável, ao mesmo tempo, pela elaboração, com letra e música, do *Hino da libertação dos escravos*, de 1888 (MORAIS FILHO, 1975; DUARTE, 2009), além de ter contribuído com a criação de algumas canções de caráter folclórico para folgedos populares, como a pastoral e o bumba meu boi.

De modo sucinto, essa breve cronografia serve para mostrar que Maria Firmina dos Reis teve participação relevante como cidadã e intelectual no Império, “ao longo dos noventa e dois anos de uma vida dedicada a ler, escrever e ensinar” (DUARTE, 2009, p. 264). No Maranhão de seu tempo, ainda que tenha vivido como uma mulher negra e livre em meio a uma ordem social, política e econômica escravagista (FRANCO, 1969), foi considerada pelos seus pares como um exemplo de erudição. Sua popularidade deve ter sido tão grande em Guimarães, que, até hoje naquela cidade, “a uma mulher inteligente e instruída chamam-na Maria Firmina” (MOTT, 1988, p. 62). Acontece, contudo, que os anos se passaram e, mesmo tendo ocupado um lugar proeminente no cenário cultural maranhense oitocentista, tomando com as mãos a aspiração de, através do magistério e da literatura, contribuir para a construção de um país mais justo e sem opressão, a escritora ficou esquecida por muitos anos, provavelmente, por conta de um possível silenciamento ideológico vindo das elites condutoras da vida intelectual brasileira. Faleceu, em 11 de novembro de 1917, cega, pobre e sem nenhuma honraria, na casa de uma amiga que vivera como escrava e em companhia de Leude Guimarães, um de seus filhos de criação. O resultado disso é que “uma espessa cortina de silêncio envolveu a autora ao longo de mais de um século” (DUARTE, 2009, p. 265).

---

<sup>1</sup> De acordo com Zahidé Muzart (1999, p. 264), Maria Firmina dos Reis colaborou assiduamente com vários jornais literários, além dos já mencionados, como *Verdadeira Marmota*, *Semanário Maranhense*, *O Domingo*, *O País*, *Pacotilha*, *Federalista* e outros, publicando seus enigmas e charadas, um passatempo bastante apreciado pelos leitores desses periódicos.

<sup>2</sup> Criada por Mário de Andrade em 1936, enquanto atuava como diretor do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, a *Sociedade de Etnografia e Folclore* foi uma entidade que, de acordo com seus estatutos, tinha por objetivo “promover e divulgar estudos etnográficos, antropológicos e folclóricos”, tendo, como membros-fundadores, pesquisadores das primeiras turmas de cientistas sociais dos cursos universitários paulistas. Em 1938, Mário de Andrade reuniu uma equipe de entusiastas com o intuito de catalogar as músicas tradicionais do Norte e Nordeste brasileiros e instituiu a *Missão de Pesquisas Folclóricas*, que tinha como objetivo declarado, como consta na ata da sua fundação, “conquistar e divulgar a todo país, a cultura brasileira” (CAVALCANTI, 2004). Note-se que, antes de Mário de Andrade, Maria Firmina já trazia consigo essa preocupação.

De maneira um tanto peculiar, os escritos de Maria Firmina vêm à tona outra vez. O romance *Úrsula*, em sua versão original, foi “descoberto”, em 1962, em um sebo na cidade do Rio de Janeiro, pelo historiador e bibliófilo paraibano Horácio de Almeida (MUZART, 1999), que, ao garimpar a identidade do heterônimo “*Uma Maranhense...*” no *Dicionário por Estados da Federação*, de Otávio Torres, além de realizar consultas em outras referências, conseguiu identificar a procedência da autora (LOBO, 1993, p. 224). Tendo compreendido a importância histórica e literária da obra, depois de ter preparado, em 1975, uma edição fac-similar do texto, Almeida doou seu achado a Nunes Freire, governador do Maranhão na época. Desde então, foram publicadas mais duas edições do livro, nos anos de 1988, idealizada pela Editora Presença, de Luiza Lobo, em parceria com o Instituto Nacional do Livro, por ocasião do centenário da abolição da escravatura; e de 2004, em decorrência de um projeto de reedição das obras literárias de escritoras do século XIX, que, inclusive, deu origem à Editora Mulheres<sup>3</sup>, criada pelas pesquisadoras Zahidé Muzart, Susana Funck e Elvira Sponholz. Em 2009, finalmente, essa mesma editora, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, publicou uma reimpressão de *Úrsula* em comemoração aos cento e cinquenta anos de sua primeira edição, que vem acompanhada de um belíssimo posfácio elaborado por Eduardo de Assis Duarte: *Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira*.

No prólogo à sua edição de 1975, porém, Horácio de Almeida salienta a ausência de registros sobre a escritora nos estudos dedicados à produção literária maranhense. Possivelmente, por ter sido redescoberta tardiamente, Firmina ficou esquecida, também, entre os principais estudiosos da literatura brasileira. Sílvio Romero (1943 [1888]), José Veríssimo (1981 [1916]), Ronald de Carvalho (1920), Nelson Werneck Sodré (1985 [1938]), Afrânio Coutinho (1986 [1959]), Antonio Candido (2000 [1959]) e Alfredo Bosi (1970), por exemplo, ignoram-na completamente. E mesmo um intelectual afrodescendente como Oswaldo de Camargo (1987), em sua coletânea *O negro escrito*, de suma importância para o resgate de escritores afro-brasileiros, não faz referência alguma a ela.<sup>4</sup> Dentre outros expoentes da historiografia literária nacional, muitos

---

<sup>3</sup> Entre coletâneas de artigos, ensaios, trabalhos acadêmicos e algumas traduções, todos relacionados à mulher e/ou ao feminismo, o catálogo da Editora Mulheres conta, hoje, com cerca de noventa livros, que contribuem significativamente com os pesquisadores de todo o país que se interessam pelo tema e para a preservação e divulgação da literatura nacional, ao resgatar da invisibilidade as autoras excluídas ou silenciadas ao longo da história.

<sup>4</sup> Em 2015, durante a realização do curso intitulado *O negro escrito*, ministrado por Oswaldo de Camargo na cidade de São Paulo e que foi oferecido pela Ciclo Contínuo Editorial, editora independente voltada

fizeram o mesmo, à exceção de Sacramento Blake<sup>5</sup> (1970 [1883-1902]), que foi contemporâneo da autora; Raimundo de Menezes (1978 [1969]), que soube da existência de *Úrsula* logo após seu ressurgimento e que acabou incluindo um verbete sobre a escritora na segunda edição de seu *Dicionário Literário Brasileiro*; e Wilson Martins (2010 [1979]), que, no terceiro volume de sua monumental *História da Inteligência Brasileira*, apenas cita seu nome em uma linha.

Os demais documentos de e sobre Maria Firmina dos Reis foram resgatados, a partir de 1973, pelo professor, poeta e jornalista maranhense José Nascimento Morais Filho, que realizou uma intensa pesquisa nos jornais locais do século XIX e início do XX alocados nos porões da Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís (LOBO, 1993, p. 225; CARVALHO, 2006, p. 62-3), e que entrevistou, entre outras personalidades, dois filhos de criação da escritora, Leude Guimarães e Nhazinha Goulart. É dele, inclusive, o primeiro esboço de uma biografia da maranhense, intitulada *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, obra de difícil acesso e que foi publicada em 1975, mesmo ano em que veio a público a edição fac-similar de Horácio de Almeida e o artigo *A primeira romancista do Brasil*, de Josué Montello, também conterrâneo da autora, no *Jornal do Brasil*. O livro de Morais Filho reúne charadas, enigmas e poemas divulgados na imprensa, além dos contos *Gupeva* e *A escrava*. Entretanto, o achado de maior importância, até mesmo como contribuição para a história de nossa literatura, é aquele que deve ser, provavelmente, o primeiro diário íntimo escrito por uma mulher já publicado no Brasil: o *Álbum*, de Maria Firmina dos Reis (LOBO, 1993, p. 225). Somado a isso, o prefácio de Charles Martin (1988) à terceira edição de *Úrsula*; as reflexões de Luiza Lobo (1993; 2006; e 2011) disponibilizadas em livros e periódicos especializados; o estudo assinado por Zahidé Muzart (1999) sobre as escritoras brasileiras oitocentistas; os apontamentos de Eduardo de Assis Duarte (2009 e 2011) e de Norma Telles (1987, 1989, 1997 e 2012) acerca da romancista, além de alguns verbetes que podem ser consultados em dicionários ou enciclopédias literárias voltados a essa temática

---

para a difusão e valorização das artes e das literaturas negras e periféricas, tive a oportunidade de indagar o escritor sobre as razões que o levaram a não incluir Maria Firmina dos Reis em sua coletânea. De modo sucinto, fui informado por ele de que o único motivo da ausência foi o total desconhecimento da existência da autora na época em que o livro foi escrito, o que, segundo Camargo, poderá ser revisto, caso ele consiga publicar uma segunda edição da obra.

<sup>5</sup> Estimulado por D. Pedro II e Rui Barbosa, Sacramento Blake escreveu seu famoso *Dicionário bibliográfico brasileiro*, que traz, em sete volumes, a biografia de centenas de personalidades da época. O volume foi publicado no Rio de Janeiro pela Tipografia Nacional, entre 1883 e 1902, e, anos mais tarde, pela Imprensa Nacional, tendo sido reimpresso em 1970, nessa mesma cidade, pelo Conselho Federal de Cultura.

(SABINO, 1996 [1899]; SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000 e 2007; e LOPES, 2007), completam os trabalhos mais relevantes sobre a escritora maranhense, evidenciando, assim, a escassa recepção crítica obtida por ela, em pouco mais de um século.

### Consolidando uma literatura abolicionista

A publicação de “A Escrava”, obra que representa o auge da maturidade intelectual de Maria Firmina dos Reis, ocorreu em 1887, poucos meses antes da promulgação da Lei Áurea. Diferentemente da tessitura social em que a autora estava inserida quando escreveu seu romance *Úrsula*, a essa altura dos acontecimentos, os ventos já sopravam com maior intensidade a favor da libertação dos africanos e dos afrodescendentes escravizados, o que influenciaria significativamente os rumos de sua literatura.<sup>6</sup> Veiculado no terceiro número da *Revista Maranhense*, em São Luís, o conto denuncia as injustiças oriundas do sistema escravagista brasileiro e chama a atenção para as condições subumanas às quais os cativos haviam sido relegados, do mesmo modo que aponta para o lugar obscuro que cercava as mulheres naquele contexto político-cultural de final de século. Pautadas em um ponto de vista outro, o mesmo que aparece nos demais trabalhos da escritora, as experiências narrativas de “A escrava” se alternam entre o sentimento de compaixão para com os oprimidos e a denúncia direta das instâncias e das autoridades legitimadoras da servidão. Tendo como epicentro os dramas vividos pela escrava fugida Joana, descritos ao longo da trama por “uma senhora”,<sup>7</sup> o invento final de Firmina, logo, se põe a debater as questões políticas mais latentes daquele momento, mas, sobretudo, a abolição da escravatura.

---

<sup>6</sup> Vale notar que a publicação de “A escrava” se deu já no ocaso do Império, em meio às turbulências que dividiam, entre outros temas, aqueles que eram a favor e os que eram contrários à manutenção do trabalho forçado. *Úrsula*, primeira obra da escritora, havia sido publicada logo após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, de 1850, e, como não poderia deixar de ser, carregava em sua narrativa as preocupações de quem havia observado, de perto, os resultados não muito positivos dessa medida restritiva. “A escrava”, contudo, sofreu os impactos diretos de dispositivos jurídicos criados posteriormente, como a Lei do Ventre Livre, de 1871, e a Lei dos Sexagenários, de 1885. É em meio a essa conjuntura política de transição, portanto, que o último trabalho de Maria Firmina dos Reis vem à tona.

<sup>7</sup> É interessante observar que o anonimato atribuído à narradora faz referência direta ao silenciamento das demais mulheres que se aventuraram no mundo das letras e que se utilizaram de pseudônimos para se proteger da dominação masculina. Assim como em *Úrsula*, Firmina subscreve o texto como “uma maranhense”, em “A escrava”, a narradora será apresentada apenas como “uma senhora”, anônima, incógnita, o que não é feito por acaso.

A história tem início “em um salão onde se achavam reunidas muitas pessoas distintas, e bem colocadas na sociedade” (REIS, 2009, p. 241), que, depois de discorrerem sobre assuntos diversos, passaram a tratar do “elemento servil”. A conversação era geral; as opiniões, porém, divergiam. Assim começou a discussão:

Admira-me, disse uma senhora, de sentimentos sinceramente abolicionistas; faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove! A moral religiosa, e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira!

Levantai os olhos ao Gólgota,<sup>8</sup> ou percorrei-os em torno da sociedade e dizei-me:

Para que se deu em sacrifício, o Homem Deus, que ali exalou seu derradeiro alento? Ah! Então não é verdade que seu sangue era o resgate do homem! É então uma mentira abominável ter esse sangue comprado a liberdade!? E depois, olhai a sociedade... Não vedes o abutre que a corrói constantemente!... Não sentis a desmoralização que a enerva, o cancro que a destrói? (REIS, 2009. p.241-2)

O primeiro movimento do texto, assim, é a aparição da tal senhora, de “sentimentos sinceramente abolicionistas” e que professa um discurso desfavorável às dinâmicas do cativo, direcionando seu apelo moral cívico e religioso aos presentes no salão. Num período em que a Igreja Católica apoiava a utilização da mão de obra escrava, Maria Firmina dos Reis acaba incorporando à narrativa determinadas representações da religiosidade cristã como recurso argumentativo na busca da compreensão e da adesão de seus leitores às suas ideias. Os valores de igualdade e de fraternidade, por sua vez, bastante consagrados entre os adeptos do catolicismo, são utilizados pela autora para mostrar que a opressão vivida pelos escravos no Brasil representava um conflito gritante entre a teoria e a prática religiosas. Com isso, logo na sequência, mirando com precisão no “cancro que era a servidão”, a tal senhora continua sua premissa, no sentido de despertar a atenção daquelas “pessoas distintas, e bem colocadas” para os problemas causados por esse “abutre que corrói constantemente a sociedade”:

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro;

---

<sup>8</sup> Gólgota, ou Calvário, de acordo com a liturgia cristã, é o nome dado à colina na qual Jesus de Nazaré teria sido crucificado.

o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassomburada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na fronte de todos nós. Embalde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo...  
E depois, o caráter que nos imprime, e nos envergonha!  
O escravo é olhado por todos como vítima – e o é.  
O senhor, que papel representa na opinião social?  
O senhor é verdugo<sup>9</sup> – e esta qualificação é hedionda (REIS, 2009, p. 242).

A miscigenação e o hibridismo étnico-racial do brasileiro, acompanhados do papel de dominação praticado pelos donos de escravos, portanto, são os destaques feitos pela senhora para embasar seu discurso. Para provar que o que acabara de dizer sobre as vítimas e os algozes fazia sentido, contudo, entre “uma infinidade de casos concretos”, ela escolhe “um fato que ultimamente se deu”. Nesse momento, Firmina encaixa a segunda narrativa de seu conto, que principia em “uma tarde de agosto, bela como um ideal de mulher, poética como um suspiro de virgem, melancólica, e suave como sons longínquos de um alaúde misterioso” (REIS, 2009, p. 243). A calma e o tom contemplativo logo são entrecortados por gritos lastimosos e soluços angustiados de uma mulher trêmula e espavorida que corria, sem rumo, para esconder-se de um homem que a perseguia, “de cor parda, de estatura elevada, longas espáduas, cabelos negros, e anelados” e que “brandia, brutalmente, na mão direita um azorrague repugnante; e da esquerda deixava pender uma delgada corda de linho” (REIS, 2009, p. 244). Vale notar que as características físicas atribuídas a essa personagem masculina não são mera casualidade. Nessa passagem, a autora faz uso da ironia, ainda que de modo sutil, para representar a posição de algoz que determinados homens negros de pele mais clara cumpriam naquela sociedade maculada pela servidão.

Adiante, transtornado pela fúria que sentia por não ter conseguido capturar a escrava fugitiva, o feitor acaba se deparando com a tal senhora e a indaga: “– não viu passar por aqui uma negra, que me fugiu das mãos ainda há pouco? Uma negra que se finge de douda...” (REIS, 2009, p. 244). Mesmo ciente do paradeiro da “desditosa”, que se escondera em “uma grande mouta de murta”, a narradora, aparentando profunda indiferença, o leva à direção contrária. Franzindo as sobancelhas e mordendo os beiços, no entanto, eis que ele ruga: “– Maldita negra! Esbaforido, consumido, a meter-me por

---

<sup>9</sup> Tirano, déspota.

estes caminhos, pelos matos em procura da preguiçosa... Ora! Hei de encontrar-te; mas, deixa estar, eu te juro, será esta derradeira vez que me incomodas. No tronco... no tronco: e de lá foge! " (REIS, 2009, p. 245). O contorno que Maria Firmina dos Reis dá à "loucura" é um tanto curioso, já que a fuga de Joana representa justamente a tentativa da personagem de romper com o cativo. A metáfora da "negra que se finge de douda...", inclusive, pode ser associada, para além da opressão vivida pelos escravos, ao lugar que as mulheres escritoras ocupavam naquela sociedade. Através de uma ação que desestabiliza a ordem cultural patriarcal e escravagista, conseqüentemente, a autora coloca seus personagens a serviço da liberdade, com o intuito de formar e transformar consciências.

No decorrer da trama, com o cair da noite e considerando a dificuldade que seria encontrá-la, o feitor é convencido pela tal senhora a adiar sua procura e decide partir. Nesse instante, surge na cena Gabriel, filho da escrava Joana, que, ao sair à procura da mãe, também acaba se tornando um foragido. É interessante perceber o modo como Maria Firmina dos Reis apresenta essa personagem, uma figura de expressão "franca e agradável", mas que, além do cansaço, trazia em seu corpo as marcas da escravidão:

Era quase uma ofensa ao pudor fixar a vista sobre aquele infeliz, cujo corpo seminu mostrava-se coberto de recentes cicatrizes; entretanto sua fisionomia era franca, e agradável. O rosto negro, e descarnado; suposto seu juvenil aspecto aljofarado<sup>10</sup> de copioso suor, seus membros alquebrados de cansaço, seus olhos rasgados, ora lânguidos pela comoção da angústia que se lhe pintava na fronte, ora deferindo luz errante, e trêmula, agitada, e incerta traduzindo a excitação, e o terror, tinham um quê de altamente interessante (REIS, 2009, p. 247).

Essa descrição do jovem escravizado, logo, é uma novidade para a literatura brasileira produzida até aquele momento, uma vez que está pautada por um olhar que *humaniza o oprimido e animaliza o opressor*. Gabriel, o filho da escrava fugitiva, carrega consigo os traços do amor filial: mesmo correndo o risco de sofrer represálias e demais castigos físicos, é ele quem se arrisca para salvar a mãe das mãos do feitor. A imagem que Firmina constrói, portanto, distancia-se e muito da figura grosseira e reificada atribuída aos cativos até então.

---

<sup>10</sup> Salpicado por pequenas gotas de orvalho, orvalhado; suado.

A história prossegue e a tal senhora, que relata ter-se constituído como membro da sociedade abolicionista de sua província,<sup>11</sup> decide proteger os escravos fugidos, abrigando-os em sua própria casa. Mesmo sabendo-se à margem da lei e correndo o risco de sofrer represálias, ela impõe para si o que denomina de “santo dever”:

Eu bem conhecia a gravidade do meu ato: recebia em meu lar dois escravos foragidos, e escravos talvez de algum poderoso senhor; era expor-me à vindita<sup>12</sup> da lei; mas em primeiro lugar o meu dever, e o meu dever era socorrer aqueles infelizes.

Sim, a vindita lei; lei que infelizmente ainda perdura, lei que garante ao forte o direito abusivo, e execrando de oprimir o fraco.

Mas, deixar de prestar auxílio àqueles desgraçados, tão abandonados, tão perseguidos, que nem para a agonia derradeira, nem para transpor esse tremendo portal da Eternidade, tinham sossego, ou tranquilidade! Não.

Tomei como coragem a responsabilidade do meu ato: a humanidade me impunha esse santo dever (REIS, 2009, p. 250-251).

Agradecida pelo gesto de compaixão oferecido a ela e a seu filho pela tal senhora, Joana sorriu e indagou com espanto: “– Inda há nesse mundo quem se compadeça de um escravo?” (REIS, 2009, p. 252). E é justamente nessa altura do texto que Maria Firmina dos Reis confere às personagens negras o direito à voz, considerando que elas passam a falar de si mesmas e de seus infortúnios, dando início à terceira narrativa que compõe o drama. A escrava conta a história de seus pais, um “índio livre de cor fusca”, que passara os seus dias ajudando a pobre esposa, “uma africana que vivera na condição de cativa” e que era forçada a se dedicar às “desmedidas tarefas” que seu senhor constantemente lhe infligia. Dessa união nasceria Joana. Vale notar que o perfil do brasileiro idealizado por Firmina em “A escrava” já não é mais fruto da união entre uma índia tupinambá e um bravo português, como acontece em *Gupeva*, mas,

---

<sup>11</sup> De acordo com Norma Telles (1997, p. 415): “Vinte e oito anos depois de *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis, que sempre havia sido abolicionista, pôde explicar, um ano antes da Abolição, as redes abolicionistas para a libertação dos escravos que então haviam se generalizado pelo território do Império. A liga de mulheres para libertar escravos surgiu primeiramente em São Paulo, mas outras logo apareceram na cidade do Rio de Janeiro e nas províncias, por volta de 1870. Envolviam-se com esses clubes mulheres da classe alta, mulheres negras e das camadas inferiores da sociedade. O surgimento de sociedades e clubes femininos abolicionistas demonstra um tipo de iniciativa pública organizada que substituía, para algumas mulheres das classes altas, as anteriores atividades filantrópicas. Eles tinham o apoio de homens engajados na mesma vertente política. Na imprensa, na década de 1870, vão se tornando comuns libelos e comentários de mulheres. Algumas discursavam em praça pública e outras artistas davam espetáculos visando à emancipação dos escravos”.

<sup>12</sup> Castigo, represália, vingança.

sim, da união de um indígena nascido livre e uma africana que fora capturada e escravizada por um homem branco.

Após o nascimento da filha, o índio decide juntar recursos para comprar a liberdade da esposa. Sem saber ler, no entanto, ele acaba sendo ludibriado pelo senhor e recebe, ao invés de uma carta de alforria, um papel sem qualquer valor, contendo “umas quatro palavras sem nexos, sem assinatura, sem data”. Não percebendo a cilada em que se metera, “agradecido beijou as mãos daquela fera” (REIS, 2009, p. 254). Dois anos depois, repentinamente, ele acaba morrendo e, de imediato, o tal senhor diz à mãe: “– Joana que vá para o serviço, tem já sete anos, e eu não admito escrava vadia” (REIS, 2009, p. 255). “Surpresa, e confundida”, ela cumpre a ordem sem pestanejar. Com o tempo, conta a escrava, percebendo a trapaça que envolvera o marido, sua “pobre mãe deu um grito, e caiu estrebuchando. Sobreveio-lhe febre ardente, delírios, e três dias depois estava com Deus. Fiquei só no mundo, entregue ao rigor do cativo” (REIS, 2009, p. 255).

De volta ao presente, em meio a delírios, a escrava encerra seu depoimento e passa a lembrar a dor que sentira ao ter seus outros dois filhos, os gêmeos de oito anos Carlos e Urbano, sequestrados por um “traficante de carne humana” para serem vendidos como cativos no Rio de Janeiro. Nesse momento, Gabriel surge em cena pedindo à mãe que descansasse. É aí que Maria Firmina dos Reis insere na história a quarta e última narrativa de seu conto, denunciando, através das palavras de Joana, o triste legado da escravidão:

– Deixa concluir, meu filho, antes que a morte me cerre os lábios para sempre... deixa-me morrer amaldiçoando os meus carrascos.  
– Por Deus, por Deus, gritei eu, tornando a mim, por Deus, levem-me com meus filhos!  
– Cala-te! gritou meu feroz senhor. – Cala-te ou te farei calar.  
– Por Deus, tornei eu de joelhos, e tomando as mãos do cruel traficante:  
– meus filhos!... meus filhos!  
Mas ele, dando um mais forte empuxão, e ameaçando-os com o chicote, que empunhava, entregou-os a alguém que os devia levar...  
Aqui a mísera calou-se; eu respeitei o seu silêncio que era doloroso, quando lhe ouvi um arranco profundo, e magoado:  
Curvei-me sobre ela. Gabriel ajoelhou-se, e juntos exclamamos:  
– Morta! (REIS, 2009, p. 257-8).

O embate de Joana com as lembranças que trazia à tona acabou sendo forte demais para as suas débeis forças: “[...] tinha cessado de sofrer”, disse a tal senhora, que

ouvira atentamente todo o testemunho da escrava. Nesse instante, chega à porta de sua casa um rapaz. “Era o homem do azorrague que eles intitulavam feitor; era aquele homem de fisionomia sinistra, e terrível, que me interpelara algumas horas antes, acerca da infeliz foragida; e este homem aparecia agora mais hediondo ainda” (REIS, 2009, p. 258). Acompanhado por “dois negros, que, como ele, pararam à porta”, a senhora convida o feitor para entrar. Gabriel, trêmulo, busca o canto mais escuro da casa para se esconder, quando, perplexo, ouve de sua protetora:

– Anda, Gabriel, disse-lhe com voz segura, continua a tua obra, e voltando-me para o feitor, acrescentei:  
Eu, e este desolado filho, ocupamo-nos em cerrar os olhos à infeliz, a quem o cativo, e o martírio despenharam tão depressa na sepultura (REIS, 2009, p. 258).

Comovidos com a aquela situação, ao verem o corpo de Joana estendido no chão, os dois escravos “deixaram pender a fronte no peito”. O feitor, por sua vez, ao primeiro ímpeto, “teve um impulso de homem”, mas, recompondo-se em sua “rude, e feroz fisionomia”, redarguiu:

– É hoje a segunda vez que a encontro, minha senhora, entretanto, não sei ainda a quem falo. Peço-lhe que me diga o seu nome, para que eu conheça o patrão, o senhor Tavares. É escandalosa, minha senhora, a proteção que dá a estes escravos fugidos (REIS, 2009, p. 258-9).

Essas palavras inconvenientes, relata a senhora, “mereceram o meu desdém”. E ela decidiu não responder aos questionamentos do feitor. O silêncio que se instalara no ambiente, por conseguinte, incomodou tanto aquele homem, que ele ordenou aos dois escravos que o acompanhavam que prendessem Gabriel.

– Detém-te! Lhe gritei eu. Estás sob a minha imediata proteção; e voltando-me para o homem do azorrague, disse-lhe:  
Insolente! Nem mais uma palavra. Vai-te, diz a teu amo, – miserável instrumento de um escravocrata; diz a ele que uma senhora recebeu em sua casa, uma mísera escrava, louca porque lhe arrancaram dos braços dois filhos; menores, e os venderam para o Sul; uma escrava moribunda; mas ainda assim perseguida por seus implacáveis algozes. Vai-te, e entrega-lhe este cartão; aí achará o meu nome.  
Vai, e que nunca mais nos tornemos a ver (REIS, 2009, p. 259-60).

No dia seguinte, já ao final da tarde, a tal senhora recebe em sua casa a visita de um homem, de nome Tavares, reivindicando a propriedade e a devolução dos escravos fugidos. Após cumprimentá-la, “com maneira da alta sociedade” e pedindo desculpas

pelo incômodo, ao deparar-se com o corpo de Joana retesado e sem aparentar qualquer remorso, eis que ele dispara:

Sei que esta negra está morta, exclamou ele, e o filho acha-se aqui: tudo isso teve a bondade de comunicar-me ontem. Esta negra, continuou, olhando fixamente para o cadáver – esta negra era alguma coisa de monomaníaca, de tudo tinha medo, andava sempre foragida, nisto consumiu a sua existência. Morreu, não lamento esta perda; já para nada prestava. O Antônio, meu feitor, que é um excelente e zeloso servidor, é que se cansava em procurá-la. Porém, minha senhora, este negro! – designava o pobre Gabriel, com este negro a coisa muda de figura: minha querida senhora, este negro está fugido: espero, mo entregará, pois sou o seu legítimo senhor, e quero corrigi-lo (REIS, 2009, p. 260-1).

Nessa passagem do texto, conseqüentemente, Maria Firmina dos Reis evidencia a insensibilidade e o caráter violento do senhor de escravos que, ao se referir ao elemento servil com frieza e vilania, o reduz imediatamente à materialidade de seu cruel interesse. E é nesse momento final do conto que a maranhense insere em sua narrativa uma virada surpreendente. A senhora que abrigava Gabriel, de posse de “um volume de papéis subscritados e competentemente selados” (REIS, 2009, p. 261), apresenta-os a Tavares. Acontece que a documentação conferia justamente o direito à liberdade ao jovem cativo, que continuava apavorado com a situação. Contrariado, mas sem alternativas, o senhor exclama: “A lei retrogradou. Hoje protege-se escandalosamente o escravo, contra o seu senhor; hoje qualquer indivíduo diz a um juiz de órfãos” (REIS, 2009, p. 261). Ao fim, a tal senhora lhe apresenta “um cadáver e um homem livre”, voltando-se para o rapaz com os seguintes dizeres: “Gabriel ergue a fronte, Gabriel é livre!” (REIS, 2009, p. 262).

A dignidade dos vencidos, a liberdade entendida enquanto um valor universal da humanidade e a exaltação de uma postura antiescravista, portanto, são os elementos que se entrelaçam no desfecho da obra. Nesse sentido, não somente o filho de Joana encontra-se liberto, mas também o leitor, que, em tese, ao ser sensibilizado pelas ideias da maranhense, passaria a compreender e a propagar os ideais abolicionistas. Vale dizer, ainda, que a noção de alteridade presente em “A escrava” consolida o encontro da angústia vivida pelos oprimidos e a eliminação dessas sensações, seja o negro escravizado, seja a mulher silenciada, movimento esse que rompe com as velhas formulações, abrindo caminhos para o estabelecimento de uma

nova realidade política, econômica e cultural que modificaria inevitavelmente aquele cenário escravagista e patriarcal do Brasil de fins do século XIX.

### Considerações finais

O nome de Maria Firmina dos Reis, como foi possível observar, veio à tona a partir da redescoberta de seu romance *Úrsula*, em 1962, em um sebo na cidade do Rio de Janeiro, pelo historiador e bibliófilo paraibano Horácio de Almeida, que, em 1975, após preparar uma edição fac-similar do livro, acabou doando o original a Nunes Freire, governador do Maranhão na época. Em decorrência desse fenômeno, atualmente, os estudos que tratam de sua produção literária e dos aspectos que compõem sua trajetória vêm aumentando em todo o país, ainda que timidamente, contribuindo para a consolidação de toda uma fortuna crítica dedicada à autora. Vale lembrar, também, que Firmina participou ativamente da vida intelectual maranhense, colaborando na imprensa local, publicando livros e fazendo parte de antologias, além de ter sido professora, musicista e compositora.

No âmbito das letras nacionais, ela inaugurou a construção de identidades culturais que levam em consideração uma perspectiva outra, a perspectiva dos próprios vencidos, algo inédito para a literatura produzida até então. Suas narrativas, mesmo tendo como fundamento a estética de cunho romântico, se utilizam da principal manifestação do Romantismo, que é a idealização amorosa, como desvio de atenção, com o intuito de ludibriar o patriarcalismo escravagista em vigência no Império, em torno das questões levantadas por ela sobre a condição das mulheres e dos africanos e afrodescendentes escravizados. Em “A escrava”, particularmente, seu último conto publicado, já às vésperas da abolição, podemos dizer que Firmina consolida uma literatura específica, dessa vez, mais combativa e de cunho fortemente antiescravista.

Finalmente, é preciso dizer que, embora a atuação política da maranhense tenha se dado de modo indireto e através das letras, ela não pode e nem deve ser subestimada. Até porque, como sugere a pesquisadora Maria Lúcia de Barros Mott (1988, p. 17): “a resistência e a luta da mulher contra a escravidão resgata uma forma de participação informal exercida, quase sempre, fora das esferas de poder e dos quadros político-partidários, mas nem por isso menos importante e eficiente”. Daí, então, a necessidade de se recuperar a produção literária e as ideias dessa escritora, uma das

poucas intelectuais afrodescendentes do século XIX de que se tem notícia, cuja trajetória de vida, desde muito cedo, a faria compreender a importância de se propagar e de se estabelecer naquela decadente sociedade brasileira oitocentista os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, contribuindo, assim, para a construção de um país mais justo e sem opressão.



## REFERÊNCIAS

- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Cultura, 1970 [1883-1902].
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1970.
- CAMARGO, Oswaldo de. **O negro escrito**. Apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000 [1959].
- CARVALHO, Ronald de. **Pequena história da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C., 1920.
- CARVALHO, Claunísio Amorim. **Imagens do negro na literatura brasileira do século XIX: uma análise do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 4, n. 2, p. 53-69, dez. 2006.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura popular e sensibilidade romântica: as danças dramáticas de Mário de Andrade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, p. 57-79, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986 [1959].
- DUARTE, Constância Lima. Gênero e etnia no nascente romance brasileiro: Úrsula. **Revista de Estudos Feministas**, v. 13, n. 2, p. 443-444, maio/ago. 2005.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina (dos). **Úrsula (romance); A escrava (conto)**. Florianópolis: Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2009, p. 263-279.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. v. 1 (Precursores).
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.
- LOBO, Luiza. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Guia de escritoras da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.
- \_\_\_\_\_. Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica (vol 1: Precursores)**. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 111-126.
- LOPES, Nei. **Dicionário literário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.
- MARTIN, Charles. Uma rara visão de liberdade. Prefácio. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença/Brasília: INL, 1988.

MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira**. Volume III (1855-1877). 3. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010 [1979].

MENEZES, Raimundo (de). **Dicionário literário brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978 [1969].

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis**: fragmentos de uma vida. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência**: a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.

MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**: antologia. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. v. 1.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. São Luís: Tipografia do Progresso, 1859.

\_\_\_\_\_. **Úrsula**. 2. ed. (impressão fac-similar). Prólogo de Horácio de Almeida. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1975.

\_\_\_\_\_. Gupeva (1865). Edição fac-similar. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis**: fragmentos de uma vida. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

\_\_\_\_\_. Cantos à beira-mar (1871). Edição fac-similar. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis**: fragmentos de uma vida. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

\_\_\_\_\_. A escrava (1887). Edição fac-similar. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis**: fragmentos de uma vida. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

\_\_\_\_\_. **Úrsula**. 3. ed. Organização, atualização e notas de Luiza Lobo. Introdução de Charles Martin. Rio de Janeiro: Editora Presença/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988.

\_\_\_\_\_. **Úrsula (romance); A escrava (conto)**. Florianópolis: Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

\_\_\_\_\_. **Úrsula (romance); A escrava (conto)**. Edição comemorativa dos 150 anos da 1ª edição. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Editora Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1943 [1888].

SABINO, Ignez. **Mulheres ilustres do Brasil**. Edição fac-similar. Florianópolis: Editora Mulheres, 1996 [1899].

SCHUMACHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico (Org.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985 [1938].

TELLES, Norma. **Encantações**: escritoras e tradição literária no Brasil, século XIX. 1987. 531 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 73-83, jan/jul. 1989.

\_\_\_\_\_. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 401-442.

\_\_\_\_\_. **Encantações**: escritoras e imaginação literária no Brasil do século XIX. São Paulo: Intermeios, 2012.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 4. ed. Rio de Janeiro: Universidade de Brasília, 1981 [1916].